

Comissão de Contratação

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARIPINA/PE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

PREÂMBULO

Torna-se público aos interessados que o **MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE**, pessoa jurídica de Direito, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ :**11.390.957/0001 - 08**, sediada na Rua Vereador José Arnoud Campos, nº 327, Centro, através da sua Agente de Contratação, atuando na função de Pregoeiro, a Sra. **ANA REGINA OLIVEIRA AMARAL** - Portaria nº 158/2025, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Saúde

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS AO FORTALECIMENTO E À ADEQUADA EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS VOLTADOS À SAÚDE DA MULHER NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARIPINA/PE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS LEGALMENTE.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 19.666,06 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e seis centavos).

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 032/2024 além do disposto no presente Edital e seus Anexos.

**MODALIDADE/CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Dispensa eletrônica - menor preço por item.

**INFORMAÇÕES:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis na plataforma do "SISTEMA LICITANET" - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br); no sítio oficial da Prefeitura de Araripina/PE - [www.araripina.pe.gov.br](http://www.araripina.pe.gov.br); e no site [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

**OBS:** ainda poderá ser solicitado pelo e-mail: [cpl@araripina.pe.gov.br](mailto:cpl@araripina.pe.gov.br).

**CONTATO/ENDEREÇO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:** (87) 9 8138 9688, sediada à Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, neste município, de segunda a sexta, das 08hs às 14hs.

**DISPOSIÇÕES GERAIS:** O presente Edital observará as condições definidas previamente pela autoridade solicitante, sendo está a responsável pelo ETP, TR, Projetos, Cotações prévias para formação dos preços estimados e demais e informações necessárias ao processamento da contratação.

**RECEBIMENTO DE PROPOSTA:** 13/05/2026 DE 08:00hs até 19/05/2026 às 07:59hs

**PERÍODO DE LANCE:** 19/05/2026 DE 08:00hs às 14:00hs.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF)

**LOCAL:** LICITANET - LICITAÇÕES ONLINE [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**SUPORTE:** (34) 3014-6633 OU (34) 2512-6504

**1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

- 1.1. Contratação de empresa para aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares destinados ao fortalecimento e à adequada execução das ações e serviços voltados à saúde da mulher no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE, conforme condições e exigências estabelecidas legalmente.
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela constante abaixo:





Comissão de Contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PINÇA CHERON COM PONTAS OVAIS/SERRILHADAS E MREMADEIRA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL, AUTOCLAVAVEL. TAMANHO 24 OU 25CM.	UNIDADE	8	R\$ 83,12	R\$ 664,96
2	PINÇA POZZI COM PONTAS DENTADAS, EM AÇO INOXIDAVEL, TAMANHO 24 CM.	UNIDADE	8	R\$ 85,62	R\$ 684,96
3	HISTEROMETRO 28 cm COM HASTE FINA, CURVA E CENTIMETRADA ATE 15 CM, AUTOCLAVAVEL INOX.	UNIDADE	8	R\$ 105,48	R\$ 843,84
4	TESOURA BALILU UTERINA 20 CM EM AÇO INOXIDAVEL, COM LAMINAS CURVAS E PONTAS ROMBAS E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 103,85	R\$ 830,80
5	PINÇA HARTMANN (OU JACARE), CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL, AISI-420, COM HASTES LONGAS, PONTA FINA, SERRILHADA OUCM DENTES (1X2) E AUTOCLAVAVEL. TAMANHO: 25CM	UNIDADE	8	R\$ 523,60	R\$ 4.188,80
6	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA DE 14 CM CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL COM PONTAS FINAS SERRILHADAS, TRAVA DE CATRACA PARA FIXACAO SEGURA E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 37,93	R\$ 303,44
7	PINÇA KELLY RETA 16 CM EM AÇO INOXIDAVEL CIRURGICO COM RANHURAS TRANSVERSAIS NA METADE DISTAL DAS PONTAS, TRAVA DE CREMALHEIRA PARA FIXAÇÃO E FORMATO RETO E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 43,42	R\$ 347,36
8	TESTE RAPIDOS DE GRAVIDEZ CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	60	R\$ 61,26	R\$ 3.675,60
9	LIDOCAINA 2% SEM VASOCONSTRITOR INJETAVEL, 20ML INDICADA PARA PROCEDIMENTOS ODONTOLOGICOS E PEQUENAS CIRURGIAS.	AMPOLA	480	R\$ 11,93	R\$ 5.726,40
10	PINÇA PROFESSOR MEDINA 24 CM EM AÇO INOXIDAVEL AUTOCLAVAVEL COM PONTAS ATIVAS (3MM).	UNIDADE	10	R\$ 239,99	R\$ 2.399,90
VALOR TOTAL					R\$ 19.666,06

1.3. O critério de julgamento adotado será o “menor preço por item”, observadas as exigências contidas neste Edital de Contratação Direta e seus Anexos, quanto às especificações do objeto.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

2.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica se dará mediante acesso/cadastro no SISTEMA LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

2.1.1. O acesso/cadastro no sistema se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados. 2.2. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** desta dispensa:

2.2.1. Empresas que não atendam às condições deste Edital de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Os que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)



## Comissão de Contratação

### 8. DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;
- 8.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 8.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;
  - d) O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2024, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência;
- 8.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços;
- 8.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 9. DAS SANÇÕES:

- 9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:
- 9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 9.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. O PROPONETE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



## Comissão de Contratação

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 9.7. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão;
- 9.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

## 10. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 10.2 - Fiscalização Técnica

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II - O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

VII - O Contrato será fiscalizado por **GEYSIANE DA SILVA ALMEIDA - CPF 065.325.654-07**.

### 10.3. Gestor do Contrato

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VIII - O Gestor do Contrato será: **DEBORA RODRIGUES LIMA SANTOS CPF nº: 101.666.934-80**.





## Comissão de Contratação

### 11. DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal:

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 122 - Administração Geral

**Programa:** 1002 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Ação:** 2.67 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO DO SUS

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 263

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 301 - Atenção Básica

**Programa:** 1006 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.73 - MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 283

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.0000 - Recursos do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviço

**Código Reduzido da Despesa:** 284

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.3110 - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido da Despesa:** 282

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.621.0000 - Recursos do SUS Governo Estadual

**Código Reduzido da Despesa:** 281

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3120 - Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada

**Código Reduzido da Despesa:** 690

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3130 - Recursos de Emendas Parlamentares de Comissão

**Código Reduzido da Despesa:** 691

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3110 - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido da Despesa:** 700

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

**Programa:** 1007 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.74 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE SAÚDE ESPECIALIZADA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 298

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.0000 - Recursos do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

**Código Reduzido da Despesa:** 299

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.3110 - Recursos de emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido da Despesa:** 297

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.621.0000 - Recursos do SUS Governo Estadual

**Código Reduzido da Despesa:** 296



## Comissão de Contratação

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3120 – Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada

**Código Reduzido da Despesa:** 689

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3110 – Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido da Despesa:** 701

### 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto);

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente competente da Administração na respectiva notificação;

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário;

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento;

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação;

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso;

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico;

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Termo de Referência;

b) ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

Araripina/PE, 23 de abril de 2026.

  
ANA REGINA OLIVEIRA AMARAL

Agente de Contratação  
Portaria nº 158/2025

Ana Regina Oliveira Amaral  
Agente de Contratação  
Port.: N°158



## Comissão de Contratação

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Selecionar proposta para a Aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares destinados ao fortalecimento e à adequada execução das ações e serviços voltados à saúde da mulher no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE.
- 1.2. Para tal contratação deve ser observado como requisito, o **Decreto Municipal nº 32/ 2024**, que trata sobre a regionalização nas contratações, assim como o tratamento diferenciado as empresas de pequeno porte e as microempresas, beneficiados pelo mesmo, empresas/licitantes de âmbito local e/ou regional, conforme comprovação/declaração apresentada pelas mesmas, que se enquadram nessa condição e requerem tal benefício.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

##### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE, especialmente no que se refere às ações e serviços voltados à saúde da mulher.
- 2.2. A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de assegurar a oferta contínua, eficiente e segura de atendimentos ginecológicos, obstétricos e procedimentos ambulatoriais, incluindo a realização de pequenos procedimentos cirúrgicos e a aplicação de métodos contraceptivos, como o implante subdérmico (Implanon), essenciais à promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia dos direitos reprodutivos das usuárias do sistema público de saúde.
- 2.3. Verifica-se que parte dos instrumentais e materiais atualmente disponíveis encontra-se desgastada em razão do uso contínuo, além de quantitativamente insuficiente para atender à crescente demanda dos serviços de saúde, o que compromete a capacidade operacional das unidades e pode ocasionar interrupções ou limitações na prestação dos serviços. Nesse contexto, a contratação visa recompor e adequar o estoque de materiais e instrumentais, garantindo condições adequadas de trabalho às equipes de saúde, bem como a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público. Sob o aspecto legal, a presente contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de planejamento adequado das contratações públicas, bem como a demonstração da real necessidade administrativa e da vantajosidade da contratação para a Administração Pública. Dessa forma, resta devidamente justificada a necessidade da contratação, evidenciando-se sua relevância para a manutenção e melhoria dos serviços públicos de saúde ofertados no município de Araripina/PE.

##### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE, especialmente no âmbito das ações voltadas à saúde da mulher, garantindo a execução adequada de atendimentos ginecológicos, obstétricos e procedimentos ambulatoriais.

3.2. A contratação será realizada por meio de dispensa eletrônica em razão do valor, com fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, assegurando maior controle sobre o consumo, evitando desperdícios e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.3. No que se refere ao ciclo de vida do objeto, a solução contempla todas as etapas necessárias à adequada utilização dos produtos, compreendendo:

- Aquisição: seleção de fornecedores aptos a fornecer produtos de qualidade, em conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- Transporte e entrega: responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento dos materiais devidamente acondicionados, garantindo sua integridade até o local de entrega;
- Recebimento e armazenamento: conferência quantitativa e qualitativa dos produtos pela Administração, seguida de armazenamento em condições adequadas, conforme normas sanitárias;
- Utilização: emprego dos instrumentais e materiais nas atividades assistenciais das unidades de saúde, incluindo procedimentos como aplicação de implantes contraceptivos e demais atendimentos voltados à saúde da mulher;
- Manutenção e reposição: substituição de itens danificados ou em desacordo e reposição periódica conforme consumo;
- Descarte: destinação adequada dos resíduos gerados, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.



## Comissão de Contratação

3.4. Quanto à especificação dos produtos, os instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares deverão:

- Ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos produtos recondicionados;
- Atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos;
- Possuir registro ou regularização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável;
- Estar em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes;
- Ser fornecidos em embalagens originais, íntegras, devidamente identificadas com informações do fabricante, número de lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável;
- Apresentar padrão de qualidade compatível com as exigências do setor de saúde, garantindo segurança e eficácia na sua utilização.

3.5. A solução adotada visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde, promovendo maior eficiência na gestão dos insumos e contribuindo para a melhoria do atendimento à população, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### 4.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.3 Garantia da Contratação

Não Será exigida a prestação da garantia da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a **aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares**, com fornecimento **parcelado**, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF) pela Administração.

5.2. O fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada, devendo os produtos ser entregues no local indicado pela Secretaria, em dias úteis e horário de expediente.

5.3. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, em perfeitas condições de uso, em embalagens originais e íntegras, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5.4. No ato da entrega, os produtos serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa por servidor designado pela Administração, que verificará a conformidade com as especificações exigidas, podendo recusar, total ou parcialmente, os itens que estiverem em desacordo.

5.5. Na hipótese de recusa, a contratada deverá proceder à substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.6. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos da legislação vigente, cabendo-lhe atestar o recebimento dos materiais e a regular execução do objeto.

5.7. A vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

## 6. DA FISCALIZAÇÃO CONFORME O ART. 6º, INC. XXIII, ALÍNEAS 'F' DA LEI 14.133/2021:

6.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 6.2 - Fiscalização Técnica

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



## Comissão de Contratação

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**VII - O Contrato será fiscalizado por Geysianne da Silva Almeida - CPF: 065.325.654-07**

### 6.3. Gestor do Contrato

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VIII - O Gestor do Contrato será: Débora Rodrigues Lima Santos, Portadora do CPF nº: 101.666.934-80

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos, no ato da entrega, juntamente com a cupom fiscal ou nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta.

### 7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2 a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5.o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



## Comissão de Contratação

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadiplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7.5. Cessão de crédito

7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.5.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **DISPENSA** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### 8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



## Comissão de Contratação

- 8.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.5.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.5.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da contratação.
- 8.5.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 8.6. Qualificação Técnica

- 8.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.6.2. Os atestados de capacidade técnica não poderão ser apresentados em nome do CNPJ concorrente.
- 8.6.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.7. Documentações complementares
- 8.7.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- 8.7.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.
- 8.7.3. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 8.7.4. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 8.8. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
- 8.10. Participação de Consórcios:
- 8.10.1. Não Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio. A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar



## Comissão de Contratação

### 8.3. Habilitação jurídica

**8.3.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.3.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.3.9. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**8.3.10. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**8.3.11** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

**8.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.4.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.4.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.4.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.4.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.4.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

**8.4.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento do tributo Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.4.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 8.5. Qualificação Econômico-Financeira

**8.5.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.5.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.5.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;





## Comissão de Contratação

a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 19.666,06 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e seis centavos)**, conforme cotação de preço anexa, em conformidade com as cotações realizadas em Banco de Preço.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Unidade Gestora:** 3 – Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 – Saúde

**Subfunção:** 122 – Administração Geral

**Programa:** 1002 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Ação:** 2.67 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO DO SUS

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 263

**Unidade Gestora:** 3 – Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 – Saúde

**Subfunção:** 301 – Atenção Básica

**Programa:** 1006 – ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.73 – MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido de Despesa:** 283

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.600.0000 – Recursos do SUS – Bloco de Manutenção das Ações e Serviço

**Código Reduzido de Despesa:** 284

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.600.3110 – Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido de Despesa:** 282

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.621.0000 – Recursos do SUS Governo Estadual

**Código Reduzido de Despesa:** 281

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3120 – Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada

**Código Reduzido de Despesa:** 690

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3130 – Recursos de Emendas Parlamentares de Comissão

**Código Reduzido de Despesa:** 691

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3110 – Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido de Despesa:** 700

**Unidade Gestora:** 3 – Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 – Saúde

**Subfunção:** 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

**Programa:** 1007 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.74 – MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE SAÚDE ESPECIALIZADA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 298

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 1.600.0000 – Recursos do SUS – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

**Código Reduzido da Despesa:** 299



## Comissão de Contratação

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
**Fonte de Recurso:** MSC – 1.600.3110 – Recursos de emendas Parlamentares Individuais  
**Código Reduzido da Despesa:** 297  
**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
**Fonte de Recurso:** MSC – 1.621.0000 – Recursos do SUS Governo Estadual  
**Código Reduzido da Despesa:** 296  
**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3120 – Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada  
**Código Reduzido da Despesa:** 689  
**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3110 – Recursos de Emendas Parlamentares Individuais  
**Código Reduzido da Despesa:** 701

### 11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde, para posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações do edital e seus anexos.
- 11.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 03 (três) dias úteis, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade dos produtos recebidos.
- 11.3. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 11.4. A Secretaria Municipal de Saúde, rejeitará os produtos fornecidos em desacordo com o especificado neste Termo, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 11.5. Os produtos que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo licitante vencedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus Anexos.
- 11.6. A qualidade dos produtos serão fatores preponderantes na avaliação final dos materiais;
- 11.7. A comprovação da qualidade dos itens licitados deverá ser feita pelo setor de compras, observando os critérios deste termo de referência através da Nota Fiscal dos produtos entregues, contendo os seguintes dados:
- 11.7.1. Marca do produto;
- 11.7.2. Especificação técnicas;
- 11.7.3. Data da entrega, assinatura do representante legal e carimbo CNPJ da licitante vencedora.
- 11.8. As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 11.9. Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na Lei 14.133/2021;
- 11.10. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

### 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Caberá à licitante vencedora, o cumprimento das seguintes obrigações:
- 12.1. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 12.3. Garantir a qualidade do objeto licitado, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeitos, nos termos do subitem anterior;
- 12.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento;
- 12.5. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do bem/produto deverá ser informada imediatamente a Secretaria de Administração e Planejamento.
- 12.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde ou de terceiros, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, procedendo em qualquer caso, à devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:
- 13.1. Efetuar os pagamentos no tempo, lugar e forma estabelecidos na contratação.
- 13.2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto;
- 13.3. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do material seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência e respectiva AF;
- 13.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do produto;
- 13.5. Indicar um responsável para acompanhar o recebimento do objeto, cabendo aos mesmos conferir a qualidade e quantidade do material entregue;
- 13.6. Atestar na Nota Fiscal a entrega efetiva do material.



## Comissão de Contratação

### 14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência será de **01 (um) ano** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A vigência dos contratos respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto no **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

14.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d. Deixar de apresentar amostra;

e. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. Fraudar a licitação

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013**.

Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.1.9. Advertência;

15.1.10. Multa;

15.1.11. Impedimento de licitar e contratar e

15.1.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

15.1.13. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.1.14. As peculiaridades do caso concreto

15.1.15. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.1.16. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.1.17. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.1.18. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3, A multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.1.19. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações



## Comissão de Contratação

administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.315.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se parte do Contrato.

Araripina-PE, 13 de abril de 2026.

Débora Rodrigues Lima Santos  
Gerente de Saúde da Família  
Portaria n° 527/2025





Comissão de Contratação

**ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PINÇA CHERON COM PONTAS OVAIS/SERRILHADAS E MREMADEIRA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL, AUTOCLAVAVEL. TAMANHO 24 OU 25CM.	UNIDADE	8	R\$ 83,12	R\$ 664,96
2	PINÇA POZZI COM PONTAS DENTADAS, EM AÇO INOXIDAVEL, TAMANHO 24 CM.	UNIDADE	8	R\$ 85,62	R\$ 684,96
3	HISTEROMETRO 28 cm COM HASTE FINA, CURVA E CENTIMETRADA ATE 15 CM, AUTOCLAVAVEL INOX.	UNIDADE	8	R\$ 105,48	R\$ 843,84
4	TESOURA BALILU UTERINA 20 CM EM AÇO INOXIDAVEL, COM LAMINAS CURVAS E PONTAS ROMBAS E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 103,85	R\$ 830,80
5	PINÇA HARTMANN (OU JACARE), CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL, AISI-420, COM HASTES LONGAS, PONTA FINA, SERRILHADA OUCM DENTES (1X2) E AUTOCLAVAVEL. TAMANHO: 25CM	UNIDADE	8	R\$ 523,60	R\$ 4.188,80
6	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA DE 14 CM CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL COM PONTAS FINAS SERRILHADAS, TRAVA DE CATRACA PARA FIXACAO SEGURA E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 37,93	R\$ 303,44
7	PINÇA KELLY RETA 16 CM EM AÇO INOXIDAVEL CIRURGICO COM RANHURAS TRANSVERSAIS NA METADE DISTAL DAS PONTAS, TRAVA DE CREMALHEIRA PARA FIXAÇÃO E FORMATO RETO E AUTOCLAVAVEL.	UNIDADE	8	R\$ 43,42	R\$ 347,36
8	TESTE RAPIDOS DE GRAVIDEZ CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	60	R\$ 61,26	R\$ 3.675,60
9	LIDOCAINA 2% SEM VASOCONSTRITOR INJETAVEL, 20ML INDICADA PARA PROCEDIMENTOS ODONTOLOGICOS E PEQUENAS CIRURGIAS.	AMPOLA	480	R\$ 11,93	R\$ 5.726,40
10	PINÇA PROFESSOR MEDINA 24 CM EM AÇO INOXIDAVEL AUTOCLAVAVEL COM PONTAS ATIVAS (3MM).	UNIDADE	10	R\$ 239,99	R\$ 2.399,90
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 19.666,06</b>



## ANEXO II

### MINUTA DE CONTRATO

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRURGICOS E MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE D E ARARIPINA / PE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARIPINA/PE E A EMPRESA\_\_\_\_, NA FORMA E NAS CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS.

**MINUTA DO CONTRATO Nº**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026**  
**DATA DA HOMOLOGAÇÃO:**

A **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.390.957/0001 - 08, com sede à Rua Vereador José Arnould Campos, 470, Centro, Araripina-PE, CEP: 56.280-000, neste ato representada pela sua Secretária, a Sra. **PATRÍCIA CADEIRA NOVAIS**, brasileira, solteira, enfermeira, portadora da Cédula de Identidade nº 6711997 SDS/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 047.674.984-06, residente e domiciliada no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si, justos e acordados, o presente **CONTRATO** oriundo do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026**, ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1. aquisição de instrumentais cirúrgicos e materiais médico-hospitalares destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina/PE, especialmente no que se refere às ações e serviços voltados à saúde da mulher, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA, ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

2.1. A empresa contratada deverá efetuar a **entrega e, quando aplicável, a instalação dos equipamentos e materiais permanentes** no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da **Nota de Empenho** ou **Ordem de Fornecimento**, expedida pela Administração.

2.2. As entregas ocorrerão no **Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina-PE**, ou em outro local indicado pela Administração, sempre durante o horário de expediente regular, mediante prévia comunicação.

2.3. O **recebimento dos bens** será realizado em conformidade com os **arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se as seguintes etapas:

- **Recebimento provisório**, para verificação da conformidade dos itens com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas no Termo de Referência;
- **Recebimento definitivo**, após inspeção e comprovação de pleno funcionamento dos equipamentos, mediante termo circunstanciado assinado pelo servidor designado.

2.4. A Contratada deverá se responsabilizar pelo transporte, instalação, configuração e testes de todos os equipamentos, garantindo a plena funcionalidade do sistema.



2.5. A Contratada deverá observar as normas de segurança do trabalho e disponibilizar equipamento de proteção individual (EPI) e item de identificação da empresa para todos os seus funcionários que estiverem trabalhando na instalação e configuração dos sistemas.

2.6. É de responsabilidade da Contratada zelar para que as pessoas que farão uso ou estarão próximas às instalações não sofram nenhum acidente decorrente de vícios nos equipamentos ou falhas na execução dos serviços.

2.7. A inobservância dos prazos e obrigações por parte da empresa contratada poderá resultar na aplicação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina, de multas e sanções conforme previstas neste Termo e na legislação aplicável.

2.8. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo informado na proposta, a Contratada deverá comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Saúde de Araripina, indicando a data em que poderá prestar o serviço, não podendo o adiamento ser superior ao prazo original.

2.9. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer avaria e de modelos atuais, compatíveis com as especificações técnicas e normas vigentes.

2.10. A contratada deverá garantir:

- Condições adequadas de transporte, manuseio e entrega dos produtos até o local indicado;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e falhas técnicas;
- Assistência técnica autorizada e peças de reposição disponíveis no território nacional;
- Cumprimento integral das normas técnicas, de segurança e ergonomia aplicáveis às atividades fisioterapêuticas;

Entrega de manuais e certificados de conformidade emitidos pelos órgãos competentes (INMETRO, ANVISA, ou equivalente).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 122 - Administração Geral

**Programa:** 1002 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Ação:** 2.67 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO DO SUS

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido da Despesa:** 263

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 301 - Atenção Básica

**Programa:** 1006 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.73 - MANUTENÇÃO, QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

**Código Reduzido de Despesa:** 283

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.0000 - Recursos do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviço

**Código Reduzido de Despesa:** 284

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.3110 - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

**Código Reduzido de Despesa:** 282

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.621.0000 - Recursos do SUS Governo Estadual

**Código Reduzido de Despesa:** 281



**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3120 - Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada

*Código Reduzido de Despesa:* 690

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3130 - Recursos de Emendas Parlamentares de Comissão

*Código Reduzido de Despesa:* 691

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3110 - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

*Código Reduzido de Despesa:* 700

**Unidade Gestora:** 3 - Fundo Municipal de Saúde de Araripina

**Órgão Orçamentário:** 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 16002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - Saúde

**Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

**Programa:** 1007 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

**Ação:** 2.74 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE SAÚDE ESPECIALIZADA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.500.1002 15% de Impostos e Transferência para Saúde (LC nº 141/2012)

*Código Reduzido da Despesa:* 298

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.0000 - Recursos do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

*Código Reduzido da Despesa:* 299

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.600.3110 – Recursos de emendas Parlamentares Individuais

*Código Reduzido da Despesa:* 297

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 1.621.0000 – Recursos do SUS Governo Estadual

*Código Reduzido da Despesa:* 296

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC - 2.600.3120 – Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada

*Código Reduzido da Despesa:* 689

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** MSC – 2.600.3110 – Recursos de Emendas Parlamentares Individuais

*Código Reduzido da Despesa:* 701

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO DO CONTRATO

4.1. A vigência deste instrumento contratual respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, com vigência até 31/12/2026. Após essa data, poderá ser utilizada a dotação orçamentária do ano subsequente, desde que seja interesse das partes;

4.2. Conforme permissivo constante na Lei nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação, até 25% do valor inicial atualizado, facultada a supressão além de 25%, mediante acordo celebrado entre as partes;

4.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constitui obrigações das partes, além das disposições previstas na Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações:

##### 5.1. DA CONTRATADA:

Caberá à licitante vencedora, o cumprimento das seguintes obrigações:

5.1. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência;

5.2. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.3. Garantir a qualidade do objeto licitado, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeitos, nos termos do subitem anterior;



5.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento;

5.5. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do bem/produto deverá ser informada imediatamente a Secretaria de Saúde.

5.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde ou de terceiros, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, procedendo em qualquer caso, à devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

## 5.2. DA CONTRATANTE:

Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

- Efetuar os pagamentos no tempo, lugar e forma estabelecidos na contratação.
- Notificar, por escrito, à CONTRATADAS quaisquer irregularidades encontradas no produto;
- Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do material seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência e respectiva AF;
- Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do produto;
- Indicar um responsável para acompanhar o recebimento do objeto, cabendo aos mesmos conferir a qualidade e quantidade do material entregue;
- Atestar na Nota Fiscal a entrega efetiva do material.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

- Der causa à inexecução parcial do contrato;
- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);
- 6.2.4. Multa:
  - 6.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato;
  - 6.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato;
  - 6.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato;
  - 6.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato;
  - 6.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
  - 6.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;



6.2.4.7. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Araripina/PE, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Tributos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração da PMA reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei Nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;

6.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

6.5. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

6.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

6.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

6.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

6.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

6.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

6.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

6.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

6.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

6.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.2 - Fiscalização Técnica

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);



III - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

VII - O Contrato será fiscalizado por Geysianne da Silva Almeida - CPF: 065.325.654-07

#### 7.3. Gestor do Contrato

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VIII - O Gestor do Contrato será: Débora Rodrigues Lima Santos, Portadora do CPF nº: 101.666.934-80

### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. Constitui motivo para rescisão do presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, desde que cabíveis a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas.

### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. É vedada a subcontratação, parcial ou total, do objeto contratado, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem a sua execução, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

9.2. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Comarca de Araripina, Estado de Pernambuco, como único competente para dirimir qualquer divergência ou dúvida oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que se configure. E, por estarem, assim justos e acordados, lavram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes, a tudo presente, e que no final também subscrevem.

Araripina/PE, de xxxxx de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA: